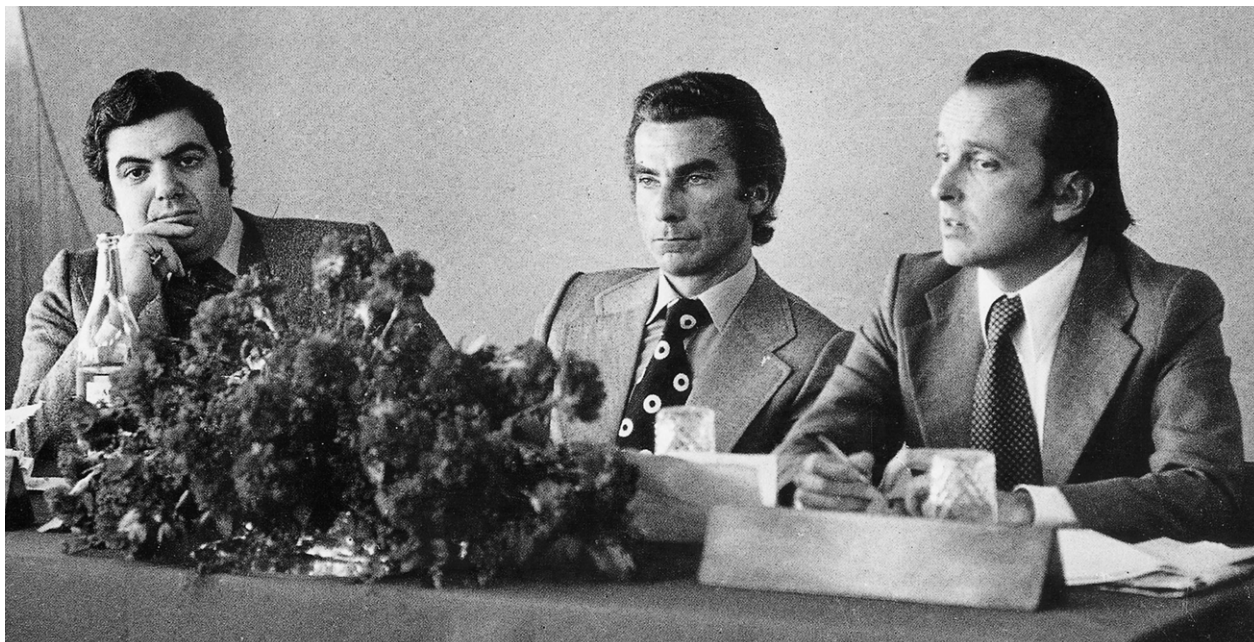


RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2020



INTRODUÇÃO



Fundado em 6 de maio de 1974 por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Joaquim Magalhães Mota, o Partido Social Democrata, então sob o nome Partido Popular Democrático (P.P.D.), veio a ser legalizado em 17 de janeiro de 1975, alterando a sua designação em 3 de outubro de 1976. O seu símbolo viria a ser criado em julho, onde se destacam as três setas, representativas dos valores fundamentais da social-democracia, a saber, a liberdade, a igualdade e a justiça social, a solidariedade.

Este relatório que agora se apresenta versa sobre a atividade e as contas do Partido no exercício económico de 2020.

Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 25.º dos Estatutos do PSD, cabe ao Secretário-Geral do Partido Social Democrata remeter as contas do Partido para sua aprovação, norma a que se dá cumprimento com esta apresentação e explicação das contas do ano de 2020.

O presente relatório é o resultado do primeiro ano do segundo mandato da gestão do Dr. Rui Rio, e nele se constata o seguimento da política de consolidação financeira do Partido, ao mesmo tempo que se manteve, nas circunstâncias pandémicas, a atividade política.

A ATIVIDADE NO ANO DE 2020



Em 2020 filiaram-se 3922 novos militantes e desfilaram-se 44 militantes.

A atividade partidária foi fortemente condicionada pela pandemia SARS-CoV-2, dado que a partir de março de 2020, surpreendentemente, todo o mundo teve de se adaptar a uma realidade nova. O decretamento sucessivo do estado de emergência, o confinamento obrigatório e o distanciamento social tiveram impactos relevantes na atividade presencial de natureza política e partidária.

No ano de 2020 destacam-se as seguintes iniciativas, eventos ou momentos do PSD:

- a) Eleições Diretas, com a 1ª volta a 11/01/2020 e a 2ª volta a 18/01/2020
- b) XXXVIII Congresso Nacional do PSD, que teve lugar no Centro Cultural de Viana do Castelo entre 07/02/2020 e 09/02/20
- c) Eventos da Coordenação Nacional do CEN em Coimbra a 26/06/2020
- d) Conselho Estratégico Nacional em Coimbra a 12/09/2020
- e) Conselho Nacional em Olhão a 25/09/2020

- f) Campanha para as eleições Regionais dos Açores
- g) Apresentação do Programa de emergência económica a 06/04/20.
- h) Apresentação do Programa de recuperação económica a 03/06/20.
- i) Realização de 27 *webinars* do CEN, com a participação de Deputados, membros do CEN e personalidades de relevo nos vários setores de atividade
- j) Conselho Estratégico Fundos Europeus em Lisboa a 28/10/2020
- k) Programa Estratégico dos Fundos Europeus para a Década no Porto a 05/10/2020

Podem-se observar alguns dos custos mais relevantes associados a alguns destes eventos:

Evento	Total de receitas	Total de gastos
Eleições Diretas - 1ª volta		5 823,60
Eleições Diretas - 2ª volta		2 986,80
XXXVIII Congresso Nacional PSD	53 088,91	201 435,13
Eventos CEN		9 857,00
TOTAL	53 088,91	220 102,53

Assistiu-se a uma digitalização da atividade do partido, com a realização de reuniões *online* e *webinars*, mantendo-se dentro do possível a atividade política.

Na área da comunicação continuou-se a aposta na promoção do Partido e da sua atividade através das redes sociais e de outros dispositivos, apostando-se cada vez mais na profissionalização destes canais.

Em 2020 decorreram as eleições Regionais dos Açores e, ainda, eleições autárquicas intercalares, a saber, para as Assembleias de Freguesia Mindelo (Vila do Conde) e Ervededo (Chaves). As contas referentes às campanhas eleitorais encontram-se refletidas nas Demonstrações Financeiras apresentadas pelo PSD e aqui em anexo.

De realçar os resultados obtidos nos Açores que permitiram que o PSD pudesse voltar a governar a Região.

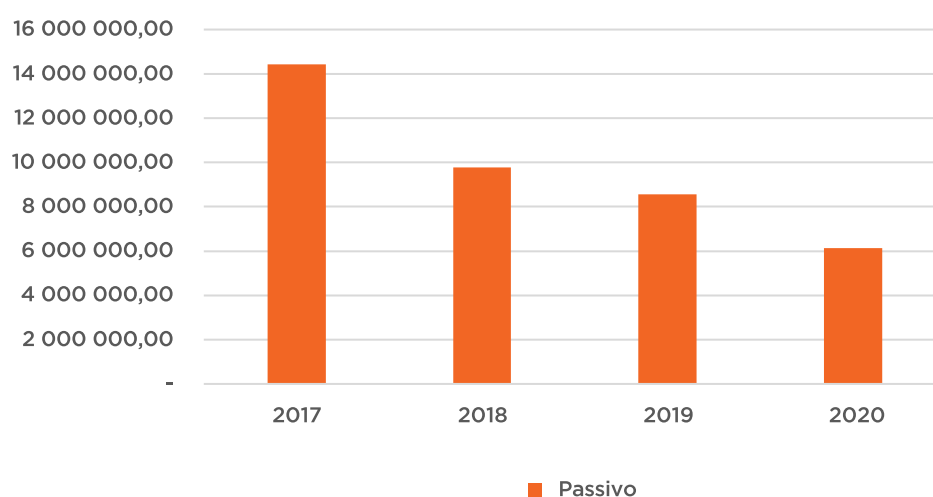
A Secretaria Geral continuou o seu trabalho de regularização do passivo transato, evidenciando-se, em concreto, a evolução nas rubricas referentes às eleições autárquicas.

Eleições	Ano	Saldo a 31.12.2018 Valor em €	Saldo a 31.12.2019 Valor em €	Saldo a 31.12.2020 Valor em €	Varição (abs.)	Varição (%)
Autárquicas	2005	464 286	500 932	352 507	- 148 425	-29,63%
	2009	407 439	365 108	314 346	- 50 762	-13,90%
	2013	552 440	551 282	537 300	- 13 982	-2,54%
	2017	1 920 502	1 137 088	810 032	- 327 056	-28,76%
Autárquicas intercalares	2015	426	426	326	- 100	-23,47%
	2016	2 790	2 048	2 048	-	0,00%
	2019	-	3 346	1 433	- 1 913	-57,17%

De notar que além dos valores evidenciados foi possível liquidar em definitivo o montante de subvenção pública recebida em excesso nas eleições autárquicas de 2013 e que ascendia a 969.304 euros. Depois da liquidação em 2019 de 500.000 euros, foi liquidado em 2020 a verba de 469.309 euros. Este montante encontrava-se há vários anos pendente de regularização e constituía uma dívida que poderia gerar evidentes riscos reputacionais para o partido, dado que as verbas em causa **constituem dinheiro dos contribuintes que o Partido tinha de devolver, pelo que mais do que era justificada e necessária a canalização dos fundos necessários para a resolução desta dívida à Assembleia da República.**

No que respeita ao Passivo, **regista-se uma redução de 28,4% em 2020, num montante total de 2,4 milhões de euros**, resultado da redução da rubrica de fornecedores da gestão corrente e de autárquicas transatas e a redução dos financiamentos bancários.

Evolução do Passivo em euros



Deve referir-se, adicionalmente, que no ano de 2020 a Secretaria Geral contratou os serviços da Deloitte para a realização de uma **revisão integral do passivo do partido**, com vista ao apuramento dos saldos de anos anteriores, até onde isso fosse possível, procedendo-se à reconciliação de saldos bancários e de fornecedores. Esse trabalho permitiu a regularização de saldos passivos, tal como consta do relatório anexo ao processo de prestação de contas onde se discriminam todas as regularizações efetuadas.

O resultado líquido do partido na gestão corrente ascendeu a 925.873 euros. Considerando as eleições Regionais dos Açores e eleições autárquicas intercalares o resultado líquido do partido em termos consolidados fixou-se em 854.119 euros, muito próximo do que tinha sucedido em 2019.

Deve ser assinalado, também, como contributo muito positivo para a redução do passivo o esforço da Secretaria Geral do PSD Madeira, que diminuiu as dívidas a fornecedores da gestão corrente em 500 mil euros, facto que deve ser enaltecido e reconhecido.

Assim, fruto de todos estes eventos e dos resultados da gestão já obtidos em 2019, a **Situação Líquida do Partido, que era em 2017 negativa em 1,3 milhões de euros, melhorou face a 2019 em 1,7 milhões de euros, fixando-se em 20,7 milhões de euros**, o que confirma o caminho de solidez financeira do PSD em contraste com alguns partidos políticos portugueses. **A solidez financeira tem permitido um saudável relacionamento com a Banca, o que facilita, por exemplo, a obtenção de financiamento bancário em períodos de campanha eleitoral.**





Contudo, estes resultados não devem desviar o PSD do caminho de consolidação das suas contas financeiras e da aposta na redução do Passivo, que ascende, ainda, aos expressivos 6,1 milhões de euros.

De referir que para a redução do Passivo contribuiu também o esforço de todo o Partido e das suas estruturas, que percecionando os desafios financeiros se associaram ao esforço de consolidação das contas e à liquidação do Passivo. A título de exemplo, recorde-se a continuação da cativação de quotas ao nível Distrital para, com o espírito de solidariedade interna, ajudar as secções ou as candidaturas autárquicas a liquidarem as responsabilidades para com fornecedores ou, ainda, a realização de donativos para a liquidação de excessos de despesa em campanha eleitoral. Neste campo, é claro que quanto menor for o Passivo do Partido, maior autonomia as suas estruturas poderão ter no que respeita à realização da sua missão, a saber, o desenvolvimento da atividade política. O freio do Passivo constrange a capacidade política do PSD, facto que tem de ser contrariado e resolvido na linha do tempo.

Realçar, ainda, que a Secretaria Geral e o PSD Açores assinaram um protocolo para a interligação dos sistemas informáticos e de pagamento de quotas, algo inédito e muito importante para o Partido.

Este protocolo permite a gestão do sistema de cobrança de quotas pela Sede Nacional sem em nada prejudicar a autonomia regional do PSD Açores, mantendo um espírito de estreita colaboração entre o PSD Nacional e o PSD Açores.

RESULTADOS FINANCEIROS DAS CAMPANHAS ELEITORAIS DAS REGIONAIS DOS AÇORES E AUTÁRQUICAS INTERCALARES

Seguindo a metodologia de trabalho já adotada aquando das eleições Regionais da Madeira, em 2020 alterou-se também a forma de organização do processo eleitoral das Regionais dos Açores. Para o efeito, em estreita colaboração com a estrutura Regional do PSD Açores, o PSD nacional financiou-se na Banca para apoiar as eleições Regionais, assumindo centralmente, para lá desse financiamento, um investimento que não fosse gerador de um desequilíbrio final do resultado financeiro da campanha. Assim, constata-se que as eleições Regionais dos Açores geraram um resultado líquido negativo de apenas 70 mil euros, em linha com as previsões da Sede Nacional, que estimava que este valor pudesse ir até 100 mil euros. Estes valores contrastam em muito com os resultados líquidos das Regionais dos Açores em 2016 que se fixaram num valor negativo de 269.464 euros.

No que respeita às eleições autárquicas intercalares o resultado negativo de apenas 1.285 euros não constitui um valor relevante ou material.



OUTROS EVENTOS OU INICIATIVAS



Em 2020, o PSD teve de reorganizar a sua atividade dada a situação pandémica e a necessidade de garantir o respeito pelo confinamento obrigatório ou o distanciamento social.

Contudo, ainda antes dessas limitações, no seguimento das eleições diretas para a Presidência do PSD, realizou-se em fevereiro de 2020 o XXXVIII Congresso Nacional.

O Congresso, realizado em Viana do Castelo, contou com um processo de digitalização na credenciação dos delegados, participantes, observadores e convidados e, ainda, com a realização inédita das listas aos órgãos nacionais com a utilização de um software específico para o efeito. Estas inovações permitiram reduzir o tempo de espera nas filas de credenciação, melhorar a experiência das pessoas e reduzir o tempo de validação das listas candidatas aos órgãos. Neste último caso, habitualmente, os colaboradores do partido terminavam de validar as listas candidaturas por volta das 6 horas da manhã, num processo manual e muito exigente. Em 2020, cerca das 22h, todas as listas estavam já validadas, em resultado da introdução da feitura de listas informaticamente.

O Conselho Estratégico Nacional, em resultado da articulação entre o Partido, o Grupo Parlamentar e a sociedade civil, manteve a sua atividade, mas essencialmente de forma digital.

REVISÃO DOS REGULAMENTOS DO PARTIDO



Em 2020 foram realizadas alterações cirúrgicas aos Regulamentos Eleitoral e de disciplina do PSD.

No primeiro caso foi aditado um novo artigo relativo ao procedimento de atualização de dados pessoais dos militantes para efeitos de processos eleitorais.

No segundo caso foi aprovado o aditamento de um novo ilícito disciplinar para os casos em que o militante do PSD é requerente, signatário ou proponente da constituição de outros partidos políticos.

NOTAS SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O ano de 2020 veio reforçar a tendência já verificada em 2019 de resultados líquidos positivos. Em 2020 o resultado líquido foi de 854,1 mil euros, quando em 2019 tinha sido de 891,6 mil euros.

Devido às políticas de contenção de gastos e também por força da pandemia, registou-se uma redução nos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) de 740 mil euros.

Do lado dos rendimentos as quotas e outras contribuições ascenderam a 1,053 milhões de euros. Note-se que desde 2019 **vigora o novo sistema de pagamento de quotas, com referências de pagamento por multibanco aleatórias e conhecidas apenas pelo próprio militante. Uma medida que se reputou como essencial para o aumento da transparência no funcionamento interno do Partido, com o conseqüente reforço da democracia dos atos eleitorais.**

Na rúbrica dos donativos registou-se uma redução face a 2019, com um valor de 89,7 mil euros.

O impacto das eleições autárquicas intercalares ocorridas em 2020 e não subvencionáveis não assumiram valores dignos de referência.

Sobre a redução da subvenção estatal, entre as eleições legislativas de 2015 e o ano de 2018, o Partido viu o valor que recebia em função dos resultados eleitorais ser reduzido de 511.006,17 euros naquele ano, para 383 878,53 euros no ano de 2018, significando essa quebra de rendimentos uma variação de menos 24,9%. Em 2020, o montante da subvenção sofreu uma variação negativa de 342 mil euros face a 2019, influenciado pelo resultado das legislativas. Este decréscimo foi absorvido pela reestruturação financeira iniciada em 2018, que tornou possível a eliminação do défice mensal até então existente na gestão corrente.



Apresentam-se em termos comparativos algumas rúbricas dos gastos do PSD.

Gastos	2018	2019	2020	Varição abs. 2019-2020	Varição % 2019-2020
Deslocações e Estadas	161 679,56	161 178,23	46 408,65	- 114 769,58	-71,21%
Telecomunicações	72 941,86	54 915,39	60 774,57	5 859,18	10,67%
Serviços Informáticos do Partido	96 764,24	115 656,54	116 261,39	604,85	0,52%
Serviços Informáticos do Partido			5 248,00	5 248,00	-
Serviços de contabilidade	77 859,00	78 597,00	78 597,00	-	0,00%
Combustíveis	42 883,97	52 150,31	29 906,60	- 22 243,71	-42,65%
Vigilância e Segurança	71 442,49	76 349,87	83 765,16	7 415,29	9,71%
Prestação de serviços Media	15 525,06	7 084,80	7 084,80	-	0,00%
Manutenção de viaturas	17 949,63	22 833,92	21 074,46	- 1 759,46	-7,71%
Serviço de Correio Postal (CTT)	42 397,57	39 634,58	11 723,08	- 27 911,50	-70,42%
Seguros	34 729,66	35 657,95	32 472,11	- 3 185,84	-8,93%
Website do PSD	27 023,09	-	91 635,00	91 635,00	-
TOTAL	661 196,13	644 058,59	584 950,82	- 59 107,77	-9,18%

O PSD reduziu em 2020 em cerca de 24% os principais Fornecimentos e Serviços Externos.

No respeitante à utilização de viaturas, verificou-se que o PSD suportou entre 2015 e 2017 o montante de 8.985 euros em multas, um valor médio anual de 3.000 euros. Assim, em 2018, foi instalado nas viaturas propriedade do PSD um sistema de controlo de velocidade por GPS e instruídos os colaboradores ao cumprimento das regras de utilização de viaturas. O controlo introduzido nesta matéria conduziu a uma quebra das penalidades aplicadas ao PSD, que em 2020 registaram um valor total de 120 euros (em 2019 esse valor foi de 1.090,76 euros).

Em 2020, a Sede Nacional do Partido transferiu para apoio às estruturas internas e autónomas, em **subsídios ordinários**, o montante de **523.091,18 euros**. Ademais, transferiu **às estruturas** o montante de **322.778,00 euros de quotas dos militantes e, já em 2021, mas referente ao quarto trimestre de 2020, o valor adicional de 69.192,90 euros**. A título de subsídios extraordinários o Partido transferiu 162.937,86 euros, verba esta relacionada, por exemplo, com o projeto de apoio ao arrendamento “Além Tejo”, que se manteve, ou, ainda, o apoio à realização de obras em imóveis do Partido.



Visando a redução dos custos expressivos com o correio postal (CTT) - muito devido à emissão e remessa dos avisos de pagamento de quotas -, já em 2018 se tinha procedido ao desenvolvimento e implementação de um sistema de avisos de pagamento de quotas por e-mail e *sms* e ao retomar da rotina de suspensos (militantes que deixaram de pagar quotas por mais de dois anos em cumprimento do n.º 6 do artigo 9.º dos Estatutos do PSD). O impacto desta medida na redução de custos com CTT foi substancial e o seu efeito fez-se sentir em pleno em 2020, com custos de 11,7 mil euros nesse ano, que contrasta com 42,3 mil euros em 2018.

RECURSOS HUMANOS E BALANÇO SOCIAL



Em 2020, o PSD iniciou uma reestruturação em matéria de recursos humanos, num exercício transversal que abrangeu, de modo autónomo, também o Grupo Parlamentar. Foram contratados os serviços da Deloitte para a realização deste trabalho, que implicou o levantamento de dados, entrevistas a colaboradores, análise de *benchmarking* salarial, subsídios e compensações, definição de descritivos funcionais e do modelo organizacional *to-be* do “Grupo PSD”.

Fruto do trabalho desenvolvido, o mesmo foi apresentado aos colaboradores, tendo-se passado à sua implementação.

No PSD, após largos anos sem qualquer perspetiva de evolução salarial, muitos colaboradores sofreram ajustamentos positivos das suas remunerações, de modo a enquadrar dentro de novas bandas salariais os colaboradores que se encontravam numa situação de desajustamento salarial. Os aumentos em prestações retributivas ou não retributivas no PSD representam um valor anualizado de cerca de 28.000 euros. Foi a primeira vez, seguramente em mais de 10 anos, que o PSD tratou este tema desta forma tão transversal e estruturada. Aliás, o estudo feito pela Deloitte deve ter sido o primeiro em Portugal realizado a um partido político, o que motivou a obtenção de informação de *benchmarking* de partidos políticos em outros países (Alemanha, França e Espanha, desde logo).

Existiram algumas situações que ficaram por resolver, dadas eventuais contingências que terão de ser tratadas noutras instâncias, o que atrasou a divulgação do novo organigrama da Sede Nacional.

Aproveitou-se esta reestruturação para criar uma política coerente de atribuição de subsídios de isenção de horário ou de coordenação.

O número de colaboradores do PSD manteve-se relativamente estável em 2020.

Data	01.01.2018	18.02.2018	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2019
Nº. de colaboradores	81	78	76	73	71

Faixa etária	Nº. de colaboradores
até 25 anos	2
25 a 35 anos	4
mais de 35 até 45 anos	16
mais de 45 anos até 60 anos	32
mais de 60 anos	17

Distribuição por qualificações	Nº. de colaboradores
Ensino básico	5
Ensino secundário	32
Ensino superior	33
Mestrado	2
Doutoramento	1

Distribuição por qualificações	Nº. de colaboradores
Ensino básico	4
Ensino secundário	30
Ensino superior	43
Mestrado	2
Doutoramento	1

Relativamente ao movimento de colaboradores ou factos com estes relacionados, resumem-se de seguida os mais relevantes.

Movimentos	2018
Aposentações/reformas	-
Pré-reformas (negociadas)	-2
Novas contratações (contrato a termo para substituição temporária de outro colaborador)	1
Contratação - direção/assessoria política	1
Denúncia de contrato - direção/assessoria política	-1

Ausências ao trabalho	Nº. de dias 2019	Nº. de dias 2020	Colaboradores abrangidos
Baixa médica por doença	873	821	12
Licença de maternidade ou paternidade	104	70	2
Faltas justificadas	144	36	25
Faltas injustificadas	0	0	-

Em 2020 não foram instaurados processos disciplinares.

CONTENCIOSO JUDICIAL E AUTÁRQUICO

Desde 2018 que tinha sido identificado que a Autoridade Tributária e Aduaneira vinha fazendo cessar as isenções de IMI em sedes do PSD destinadas à atividade partidária, em violação da Lei de Financiamento dos Partidos e das Campanhas Eleitorais. Em 2019, o PSD recorreu ao CAAD para reverter esta situação. O primeiro processo incidiu apenas sobre a liquidação de IMI numa sede e a AT em consequência realizou uma revisão oficiosa da liquidação, devolvendo o IMI indevidamente cobrado.

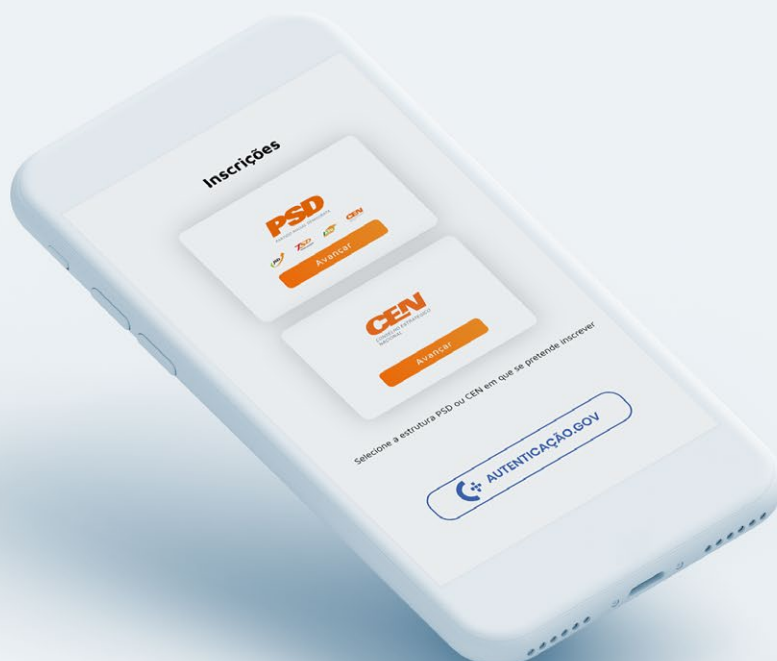
Com base na revisão oficiosa da liquidação o PSD encetou contactos junto dos diversos serviços de finanças que também tinham feito cessar as isenções e ao longo do tempo a legalidade tem vindo a ser reposta, com a devolução dos impostos indevidamente cobrados. Em 2020, foi devolvido o IMI cobrado e relativo às sedes de Arcos de Valdevez, Ourém e Portalegre, num total de 2.720 euros.

Em 2020 o número de ações (injunções ou ações executivas) interpostas contra o PSD caiu significativamente, tendo sido pagos 56.708 euros, registando-se, ainda, o valor de 28.000 de euros respeitantes a acordos de pagamento.

Em 2020, foram pagos a título de indemnização o valor de 10.000 euros à SPA, em resultado da condenação do partido e um candidato autárquico por violação de direitos de autor, na decorrência da utilização de música sujeita a direitos de autor nas eleições autárquicas de 2017.

O partido reembolsou o Grupo Parlamentar do PSD em 21.919 euros e outras estruturas internas em 1.057 euros, no seguimento de penhoras nas contas bancárias.

NOVO PROGRAMA DE FICHEIROS E APP MOBILE E PC



No ano de 2020 continuaram os desenvolvimentos informáticos que, todavia, por força da pandemia acabaram por sofrer alguns atrasos.

Destaca-se, todavia, o lançamento da inscrição online de militantes e a aprovação de candidatos a militantes através de *workflow*, interligado com todas as estruturas.

Neste momento, todo o partido encontra-se já a funcionar de modo interligado, tendo sido descontinuada a circulação de processos de aprovação de novos militantes por e-mail.

De referir, ainda, que já no início de 2021 foi lançada finalmente a inscrição online com a validação através de leitor ou da chave digital do cartão de cidadão. O PSD é o primeiro partido político português a lançar esta inovação.

Os candidatos deixam de ter de anexar documentos comprovativos se se inscreverem com o leitor ou a chave digital do cartão de cidadão, já que os dados pessoais são extraídos diretamente do cartão de cidadão.



SUBVENÇÃO ESTATAL

Para aferir-se o valor da subvenção importa considerar o valor do Indexante de Apoio Social (I.A.S.) para 2020, que se cifrou nos € 438,81 e um conjunto de outras regras, em seguida discriminadas.

O n.º 1 do art.º 3º da Lei n.º 55/2010 de 24 de dezembro, que estabelecia a redução das subvenções para o financiamento dos partidos políticos em 10% até 31 de dezembro de 2013, foi alterado pelo art.º 1º da Lei n.º 1/2013 de 3 de janeiro, estipulando que essa redução vigore até 31 de dezembro de 2016.

Na presente data, a suprarreferida Lei n.º 1/2013 já foi substituída pela Lei n.º 4/2017 de 16 de janeiro, tornando os mencionados cortes provisórios em definitivos, logo com impacto nas Demonstrações aqui apresentadas.

Após as eleições legislativas de 2019 os cálculos da subvenção são os seguintes:

Resultado obtido pelo P.P.D./P.S.D. - 1.417.492 votos no continente e nas regiões autónomas; e 36.791 nos círculos da emigração, totalizando 1.454.283 votos

$1.454.283 \times € 438,81 \times 1/135 - 10\% = € 4.254.359,49$ anuais (€ 354.529,96 mensais).



NOTAS FINAIS - NORMAS A QUE O PSD SE ENCONTRA SUBMETIDO



O Partido Social Democrata encontra-se submetido, desde logo, ao cumprimento dos seguintes normativos:

- a)** Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais, aprovada pela Lei n.º. 19/2003, de 20 de junho, entretanto revista e atualizada ao longo dos anos;
- b)** Lei dos Partidos Políticos, aprovada pela Lei Orgânica n.º. 2/2003, de 22 de agosto;
- c)** Lei da Organização e funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (E.C.F.P.), aprovada pela Lei Orgânica n.º. 2/2005, de 10 de janeiro;
- d)** Regulamento Financeiro do PSD;
- e)** Manual de Procedimentos para a Área Financeira do PSD;
- f)** Regulamento n.º. 16/2013 da E.C.F.P., publicado no Diário da República, Série II de 10 de janeiro de 2013.

CONCLUSÃO

O ano de 2020 foi atípico, por força da pandemia que abalou o mundo. Todavia, o PSD continuou a empenhar esforços para desenvolver a sua atividade e o combate político.

Foi um ano de muitas adaptações, que obrigaram a um processo de maior digitalização e articulação dos militantes e das estruturas através de novos meios à distância.

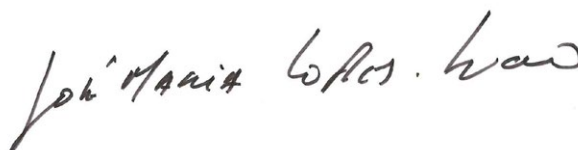
O PSD lançou também um novo site, reunindo num único espaço a atividade do Partido, do Grupo Parlamentar e do Conselho Estratégico Nacional.

Para reforçar a adesão de novos militantes foi lançada a inscrição online num processo interligado com as estruturas através de um sistema de *workflow*, que rastreia e regista toda a informação num único sítio. Este foi mais um passo no sentido da modernização informática do partido. E no início de 2021 este processo deu um passo decisivo com a inscrição com a chave digital ou leitor do cartão de cidadão, que dispensa a junção de documentos comprovativos por parte dos candidatos, reduzindo em consequência a burocracia destes processos.

Para lá do trabalho que foi sendo descrito antes, destaco o sucesso dos resultados do PSD nas eleições Regionais dos Açores, que permitiram que o PSD, coligado com o CDS-PP e o PPM, voltasse a governar a região autónoma, colocando fim à governação socialista que promoveu o atraso da região. Aproveito para parabenizar o nosso companheiro José Bolieiro, o novo Presidente do Governo Regional dos Açores. O PSD é hoje o partido das duas regiões autónomas e ambos os líderes dos governos regionais dois destacados sociais-democratas.

Lisboa, 27 de maio de 2021.

O Secretário-Geral



José Maria Lopes Silvano